

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

EM DEFESA DA SEGURANÇA SOCIAL UNIVERSAL, PÚBLICA E SOLIDÁRIA

UGT REJEITA PROPOSTAS DE REFORMAS À CUSTA DOS TRABALHADORES, EM NOME DE UMA SUPOSTA SUSTENTABILIDADE

A UGT regista a recente apresentação de um estudo de uma Fundação privada, em que não houve qualquer participação, ou envolvimento, dos parceiros sociais, sobre a sustentabilidade da segurança social, que aponta soluções que a UGT rejeita liminarmente e às quais o Governo reagiu no mesmo sentido.

Com efeito, incrementar a TSU, diminuir o valor das pensões, ou aumentar a idade legal de reforma, é fazer recair todo o peso de uma eventual reforma do sistema público de segurança social sobre os trabalhadores e pensionistas.

A questão da sustentabilidade do sistema de segurança social, considerando os três pilares do mesmo, requer uma discussão aprofundada, face às transformações que estão a ocorrer, quer no mundo do trabalho, quer em termos demográficos.

É necessário e urgente, como tem vindo a defender a UGT, diversificar as fontes de financiamento do sistema, face às novas realidades da economia digital e até perante os desafios colocados e em reflexão no seio da OIT sobre o futuro do trabalho, pelo que não devemos avançar para reformas paramétricas que apenas penalizam os rendimentos dos trabalhadores e dos futuros pensionistas.

O Regime Previdencial apresenta já saldos positivos após a saída da crise.

A UGT continua a defender um sistema de segurança social público e universal, que garanta uma adequada protecção a todos os cidadãos e que permaneça sustentado no princípio da solidariedade intra e intergeracional.

Estudos deste género e propostas alarmistas e avulsas, que apenas apresentam alterações que claramente prejudicam os trabalhadores, mais não servem do que os interesses daqueles que pretendem privatizar a segurança social, criando um sistema assistencialista para pobres e um regime de PPR's para ricos.

Por outro lado, transformar o regime previdencial, de repartição, num regime de capitalização, foi uma alteração implementada noutros países com resultados que começam já a ser contestados.

A UGT continuará a defender as suas posições no sentido de mais e melhor protecção social, sem deixar ninguém para trás.

PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS

POR UMA VERDADEIRA APOSTA NO CRESCIMENTO, NO EMPREGO E NA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

O Governo apresentou ao País e aos Parceiros Sociais dois documentos basilares para a definição da estratégia de desenvolvimento do País - o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Programa Nacional de Reformas (PNR), documentos centrais no quadro do processo do Semestre Europeu.

A UGT manifestou a sua concordância, na generalidade, com a manutenção dos grandes Pilares do PNR, os quais vão ao encontro de algumas preocupações que, desde há muito tempo, a UGT vem expressando em domínios estruturais para Portugal, como é o caso da melhoria das qualificações dos trabalhadores, a valorização do interior do território e a promoção da coesão social e territorial, e ainda a modernização dos serviços públicos, ainda que nem sempre com as respostas, ou os equilíbrios, que desejaríamos.

Consideramos porém que, não obstante tal concordância, na generalidade, continuamos ainda longe de dar resposta efectiva a muitos desafios, com medidas inscritas no PNR que continuam por concretizar.

A UGT deixou bem claro, na primeira abordagem que fez, em sede de concertação social, que em algumas áreas centrais, como são os casos da política de rendimentos - para os sectores público, privado e empresarial do Estado - do reforço dos serviços públicos e a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, da redução da insoportável carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, ou dos níveis de investimento público, se está muito longe de responder às necessidades e expectativas geradas aos trabalhadores, aos cidadãos em geral e ao País.

Expressámos também a relevância de efectivar políticas nessas áreas e aprofundar o caminho já seguido, sobretudo num quadro em que tal se revela essencial face a uma previsível desaceleração da economia.

Mais uma vez, constatamos a dificuldade em conciliar as prioridades de política, assumidas no PNR, com o quadro orçamental traçado no PEC, em que o exemplo mais notório é a não consagração de um reforço orçamental que acautele a promessa do Ministro das Finanças de aumentos salariais para todos os funcionários públicos.

A desaceleração económica não pode ser usada como argumento para manter uma política de forte contenção orçamental, sendo antes necessária a aposta em políticas contracíclicas, que impulsionem o crescimento, incluindo por via do consumo privado e do investimento público, e a criação de emprego de qualidade.

Maiores níveis de investimento público (nomeadamente em áreas sociais como a Saúde, a Educação e a Justiça), uma aposta na revitalização dos serviços públicos e um real aprofundamento de uma nova política de rendimentos para os portugueses, quer por via da redução da carga fiscal, quer pelo retomar da normalidade negocial na política salarial da Administração Pública, são opções inadiáveis e que se impõem, face também às expectativas criadas aos trabalhadores com o acordo parlamentar que tem sustentado a governação desde 2015, onde muitas medidas impostas nos tempos da crise e da troika não foram revertidas.

A UGT lamenta que, uma vez mais, os parceiros sociais apenas tenham sido convocados, em sede de CPCS, para um exercício de apresentação do PNR, sendo confrontados com uma versão final e completa já aprovada em Conselho de Ministros, sem que tenham tido real oportunidade de contribuir para a construção daquele importante documento. **Para este tipo de concertação social, que é o fórum por excelência do diálogo social no nosso país, não faz sentido este espírito do “facto consumado”, que esvazia a concertação social e inibe a desejável participação da sociedade civil organizada na construção das soluções de futuro para o nosso país.**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

NEGOCIAR CARREIRAS PROFISSIONAIS E VALORIZAR SALÁRIOS

Não deixando de valorizar os sinais dados pelo Governo através do aumento da retribuição mínima e do descongelamento gradual das progressões nas carreiras, a UGT não pode deixar de

frisar que é o momento de assumir uma maior ambição no que respeita à dignificação e à valorização dos salários e das carreiras da Administração Pública.

Com efeito, não obstante ser uma medida positiva, o aumento da retribuição mínima na Administração Pública veio provocar distorções inaceitáveis no sistema retributivo e de carreiras em vigor, uma vez que nos confrontamos hoje com uma quase total sobreposição entre a carreira de assistente operacional e a carreira de assistente técnico.

Em simultâneo, e porque o congelamento salarial se mantém para a vasta maioria dos trabalhadores, estamos perante uma situação que continua a assentar nos baixos salários, tornando impossível motivar e reter a competência, sobretudo quando olhamos para assistentes técnicos e técnicos superiores que, apesar do saber e da experiência acumulados, dos níveis de exigência e da especificidade das tarefas que lhes estão incumbidas, continuam a não sentir qualquer esforço sério de justo reconhecimento por parte do Governo.

Essa falta de reconhecimento verifica-se não só nos processos negociais que vão sendo desenvolvidos, nos quais se regista uma clara tendência para a adição de carreiras unicategoriais - cuja estrutura, combinada com o sistema de avaliação vigente, resulta num cenário que, em regra, apenas permite progressões na carreira de 10 em 10 anos, ou seja, que torna o topo da carreira inatingível para quase todos os trabalhadores -, mas também no facto de estarem a ser literalmente obliterados vários anos de tempo de serviço efectivamente prestado, muitas vezes em situações limite, com empenho e dedicação.

Ciente de que existe um objectivo comum, que o Governo decerto partilhará, que passa pela valorização e dignificação do emprego e dos serviços públicos, a UGT exige a abertura de processos negociais que prossigam esses objectivos, alcançáveis nomeadamente através:

- da valorização salarial de todos os trabalhadores, sem excepção, de modo a que estes iniciem o processo de recuperação do poder de compra que perderam ao longo de mais de uma década;
- da negociação de carreiras pluricategoriais cuja arquitectura seja, em si mesma, potenciadora da motivação e da produtividade;
- da contagem integral de todo o tempo de serviço de todos os trabalhadores da Administração Pública para efeitos de progressão na carreira, sem quaisquer excepções ou obliterações;
- de processos negociais com objectivos ambiciosos e, de certo modo, criativos, que possam resultar em soluções inovadoras;

- da assunção da actividade sindical como basilar para o alcance de acordos equilibrados e duradouros, rejeitando quaisquer processos em que o papel dos sindicatos seja o de mera audição durante a fase de consulta pública.

Estes são pressupostos essenciais para se seguir o apregoado caminho de protecção e fortalecimento do Estado Social, baseado em serviços públicos universais e de qualidade.

A UGT salienta, por isso, a total disponibilidade revelada pelos seus sindicatos e federações do setor público para iniciar processos negociais que se traduzam em resultados efectivos, reforçando assim a negociação colectiva e o papel dos sindicatos na resolução dos problemas dos trabalhadores e dos serviços públicos.

UGT QUER ENTENDIMENTO SOBRE CONCILIAÇÃO EM SEDE DE CPCS

É IMPERATIVO REFORÇAR A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

No passado dia 5 de Abril, em reunião de Concertação Social, foi apresentado aos parceiros sociais pelo Governo um documento de trabalho sobre a conciliação entre trabalho, vida familiar e pessoal.

A UGT congratula-se com a apresentação do documento, que vem na linha dos princípios consagrados no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente: *“a) Igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens deve ser assegurada e promovida em todos os domínios, nomeadamente no que diz respeito à participação no mercado de trabalho, às condições de trabalho e à Progressão na carreira e b) As mulheres e homens têm direito a uma remuneração igual por um trabalho de igual valor” (Cap. I Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho).*

No mesmo sentido, a Constituição da República Portuguesa estipula a promoção da igualdade entre homens e mulheres como uma das tarefas fundamentais do Estado e proíbe a discriminação de género.

Os Governos têm vindo a legislar em conformidade com o texto constitucional. Contudo, as desigualdades cimentadas no tecido social exigem, para serem ultrapassadas, uma vontade política simultaneamente mais abrangente e mais dirigida.

A UGT saúda as medidas que este Governo tem preconizado na área da Igualdade entre mulheres e homens, nomeadamente com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não discriminação

“Portugal mais Igual” e o Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, denominado “Três em Linha”, bem assim como com a lei para a igualdade salarial entre mulheres e homens, recentemente aprovada, e o alargamento da licença parental obrigatória do pai, de 15 para 20 dias, e agora, mais recentemente, no documento apresentado em sede de concertação social sobre a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar.

A UGT considera fundamental a criação de instrumentos que visem minimizar os desequilíbrios na participação de mulheres e homens nos diversos domínios da vida social, familiar e, em especial, na esfera profissional.

A UGT está ciente de que qualquer conjunto de medidas concebido para fazer face ao problema das desigualdades entre mulheres e homens só surtirá efeito se for amplamente aceite pela sociedade e executado de forma continuada ao longo de várias legislaturas.

A UGT, enquanto parceiro social que representa os trabalhadores e as trabalhadoras, considera fundamental que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres seja encarada como uma componente essencial de uma sociedade moderna, livre e democrática, como pretendemos que seja a sociedade portuguesa.

Assim, a UGT reitera que as medidas adoptadas pelo Governo só poderão ter o apoio da UGT se contribuírem de forma positiva para a igualdade de género no mercado de trabalho e na sociedade, em particular, promovendo: a) o reforço da empregabilidade das mulheres; b) a diminuição das diferenças salariais entre homens e mulheres; c) a criação de mecanismos de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal e/ou para o aperfeiçoamento dos mecanismos já existentes; d) a maior mobilidade vertical das mulheres, quer no sector privado quer no sector público. São também estes os princípios que devem estar na base de qualquer articulado de medidas que vise o reforço da natalidade.

A UGT tudo fará, em sede de Concertação Social e na negociação coletiva, para que seja possível repensar e negociar novos modelos de conciliação do trabalho, vida profissional e familiar abrindo espaço para medidas de flexibilização de horários, de teletrabalho, de incentivos à partilha e de apoio aos cuidadores informais, entre os quais predominam sobretudo as mulheres.

A UGT também não pode deixar de defender o reforço dos serviços e equipamentos sociais de assistência a deficientes, idosos e outras pessoas que careçam de cuidados especiais de saúde, por forma a que, quem cuida, não seja penalizado no trabalho. Em suma, a UGT apoia a regulamentação adequada da prestação daqueles serviços por forma a garantir a sua qualidade e a efectiva resposta às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras.

A UGT considera fundamental a procura de soluções conjuntas em termos de igualdade e não discriminação e também das condições de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, de forma a combater os estereótipos de género e aumentar a consciencialização do papel da mulher no local de trabalho.

Por todos esses motivos, e por termos presente que a igualdade de oportunidades passa também por uma real conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, com uma efectiva partilha de responsabilidades entre os membros do agregado familiar, a UGT respondeu positivamente ao desafio lançado pelo Governo em sede de CPCS quanto à celebração de um “Memorando de Entendimento” sobre aquelas matérias.

Há muito que defendemos a construção de consensos tripartidos sobre esta matéria e não deixaremos de assumir as particulares responsabilidades da UGT, não apenas enquanto parceiro social, mas também como impulsionador, por via dos seus sindicatos, mas sem prejuízo da autonomia destes, de uma cada vez maior e mais estruturada integração das matérias da conciliação e da igualdade na negociação colectiva.

EM DEFESA DOS MAIS JOVENS

DEFENDER O TRABALHO DIGNO E CONSOLIDAR O CONTRATO SOCIAL – COMBATER A PRECARIIDADE

Hoje, o movimento sindical é chamado a acompanhar as transformações que estão a ocorrer e que têm vindo a acontecer nos últimos 40 anos. Não podemos deixar de acompanhar a economia verde e a digital, com o surgimento de várias novas profissões, mas também o desaparecimento ou a alta taxa de automatização que várias profissões tradicionais irão sofrer.

Estima-se a criação de 24 milhões de empregos associados ao Acordo de Paris, muitos dos quais não estarão concentrados num local, mas sim espalhados num mundo cada vez menor que nos colocará desafios: como dar respostas colectivas, ao mesmo tempo em que teremos que ter uma resposta cada vez mais dirigida a cada trabalhador.

Assim, para além da robotização e da digitalização de muitas das profissões tradicionais, assistiremos a uma cada vez maior mobilidade de trabalhadores, o que nos obrigará a ter uma estratégia para os que saem do nosso país, mas também para os que nos procuram para, entre nós, procurarem os seus postos de trabalho e garantirem o seu sustento.

Mas se os desafios são múltiplos, sem dúvida que o maior continuará a ser a precariedade - cada vez mais resistente (recibos verdes, contratos atípicos e contratos a termo certo) que encontramos no nosso mercado de trabalho.

Temos uma geração exposta a uma política de baixos salários, com múltiplas formas de contratação atípica que, cada vez mais, tem trazido uma desregulação do horário de trabalho, destruindo muitas vezes o equilíbrio da vida profissional com a vida pessoal.

O recente relatório da OCDE sobre o emprego de 2019 traça um retrato preocupante, dando destaque à elevada precariedade e ao facto de uma licenciatura – ainda que tendo impactos positivos - pesar cada vez menos no salário.

Temos também um cada vez maior estreitamento do acesso ao mercado de trabalho, que consequentemente coloca pressão no contrato social estabelecido, associado às pressões que se conhecem para que os jovens casais não tirem as licenças de parentalidade devidas por lei, pelo que teremos uma sociedade cada vez mais envelhecida e com problemas de renovação geracional.

Por isso, de acordo com alguns estudos, esta geração quer consolidar o contrato social construído ao longo dos últimos dois séculos e aprofundado em Portugal no pós 25 de Abril, com um trabalho digno, onde o ser humano esteja no centro do trabalho.

Os jovens desejam um modelo de trabalho assente na dignidade, segurança e igualdade de oportunidades. Por isso, a UGT, reunida em Braga, saúda os jovens trabalhadores pela sua defesa do contrato social centrado no ser humano e afirmamos que estaremos ao lado dos trabalhadores porque não há quem possa substituir as estruturas representativas dos trabalhadores na defesa dos direitos destes (incluindo nas novas profissões – crowdworkers, youtubers ou trabalhadores das plataformas digitais).

Este é o desafio que se coloca: colocar o ser humano no centro do futuro do trabalho.

UGT REIVINDICA AUMENTOS SALARIAIS NA BANCA

A UGT não pode deixar de lamentar que a negociação colectiva na banca continue a não acompanhar a perda de poder de compra dos respectivos trabalhadores.

Sublinhe-se que os mais recentes resultados que os bancos têm vindo a registar não se fizeram repercutir em ganhos na tabela salarial – como é exemplo o ano de 2018 –, pelo que esta central

sindical exorta os banqueiros a assumirem uma atitude diferente, para que os trabalhadores possam começar a ser ressarcidos das perdas salariais a que estão sistematicamente submetidos desde há uma década a esta parte.

Neste contexto, a UGT apoia e solidariza-se com as diligências efectuadas pelos sindicatos, no sentido de o Millennium BCP proceder ao pagamento imediato dos aumentos das cláusulas de expressão pecuniária e dos valores das pensões de reforma e sobrevivência relativos ao ano transacto, pelo menos em valor idêntico ao verificado no acordo colectivo de trabalho negociado e outorgado com a Associação Portuguesa de Bancos.

POR AUMENTOS SALARIAIS DOS TRABALHADORES DAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

Os Trabalhadores dos sectores do Comércio, Escritórios e Serviços, nomeadamente nas empresas de distribuição convocaram greve para o 1.º de Maio – Dia do Trabalhador.

De notar que estes trabalhadores não têm registado aumentos salariais desde 2016.

Por aumentos salariais, pela luta por trabalho digno, contra a precariedade, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo respeito e exigência do cumprimento integral da negociação colectiva, sem os bloqueios que têm ocorrido, a UGT apoia e solidariza-se com a greve convocada pelo SITESE – Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo.

COMEMORAR ABRIL

REAFIRMAR O COMPROMISSO COM A DEMOCRACIA E O SINDICALISMO LIVRE E PLURAL

Neste ano em que se comemoram os 45 anos do 25 de Abril, a UGT juntou-se, uma vez mais, às comemorações do Dia da Liberdade, com a sua participação no desfile anual na Avenida da Liberdade, em Lisboa, mas também na Assembleia da República e em muitas sessões solenes em muitos municípios por todo o país.

Estivemos presentes para celebrar as conquistas de Abril, que são as conquistas de todos nós: a democracia, a liberdade, o respeito pelos direitos humanos e pelos trabalhadores.

Estivemos presentes também para assinalar e recordar o contributo que a UGT deu, no período pós-revolução e durante estes últimos 40 anos, para a consolidação e o crescimento da nossa Democracia.

A UGT e os seus sindicatos, com a sua presença, reiteram o seu empenho e o seu compromisso com os valores de Abril, que todos vivemos no nosso dia-a-dia através do sindicalismo livre e democrático que praticamos e em que nos revemos. Abril é de todos os portugueses e de todos os que amam a Liberdade.

Abril não é propriedade privada de nenhum partido, sindicato, corrente de opinião ou ideológica – é património imaterial de todos os portugueses.

25 DE ABRIL SEMPRE!

1º DE MAIO DA UGT EM BRAGA

DIGNIFICAR O TRABALHO - VALORIZAR OS TRABALHADORES

Este 1º de Maio é, como ao longo dos últimos 45 anos, uma comemoração da liberdade sindical, como condição e garantia do nosso Estado de Direito Democrático, celebrando a indissociabilidade entre Democracia e a existência de um sindicalismo plural, livre e autónomo, valores sobre os quais foi construída a UGT, tendo como antítese a unicidade sindical, como alguns pretendiam.

Sendo um dia de festa para a nossa Central sindical, para os nossos filiados e para os Trabalhadores, é também um momento de luta, em que reafirmamos que as respostas aos reais problemas do País e dos Trabalhadores não podem continuar adiadas.

É mais um momento para:

- exigir que os anos de austeridade sejam definitivamente deixados para trás;
- reivindicar que se ponha termo a uma política em que os salários e rendimentos são, ainda, a variável de ajustamento;
- alertar novamente para os riscos que correm os serviços públicos e o Estado Social, fruto de uma contenção orçamental e de um recorrente desinvestimento, que compromete as condições de trabalho e degrada o acesso de todos os cidadãos à Educação, à Saúde, à Justiça e à Protecção Social;

- nos batermos para que os direitos dos trabalhadores sejam valorizados e respeitados, na defesa de mais e melhor negociação colectiva e mais e melhores salários, que nos aproximem da média europeia que há 45 anos perseguimos e não conseguimos alcançar;
- lembrar a centralidade do movimento sindical, ganha pelo seu envolvimento na construção da liberdade e da democracia em Portugal, desde os tempos da ditadura, e pelo seu contributo para o crescimento económico, igualdade, mais e melhor emprego, mais justiça social e maior coesão territorial;
- não esquecer o papel e a intervenção da UGT no panorama nacional e internacional na integração europeia, na defesa de mais e melhor Europa, e na procura incessante de um nível de desenvolvimento do nosso país que se aproxime dos padrões médios europeus.
- Reconhecer o trabalho e o esforço que os seus sindicatos têm desenvolvido no âmbito da negociação colectiva nos vários sectores, no sentido de retomarmos os níveis de abrangência antes do período de austeridade.

Os Sindicatos, Uniões e Federações da UGT estão mobilizados para esta celebração.

45 anos depois de Abril e do primeiro 1. de Maio em liberdade, apelamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras para que estejam em força em Braga, dando continuidade à criação de laços de proximidade da UGT e dos seus sindicatos com todo o território nacional, numa verdadeira descentralização, que transmita a nossa mensagem a todos os portugueses espalhados de norte a sul de Portugal.

Por Mais e melhor Justiça Social

Por mais Coesão Social e Territorial

Em defesa dos Serviços Públicos e do Estado Social

Por melhores Salários e pela valorização do Trabalho

Em defesa do trabalho digno

VIVA O 1º DE MAIO!

Braga, 30 de Abril de 2019

Aprovada por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional